

Proposta de Escopo e Parceiros do Projeto FAO Polinizadores no Brasil

“Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica” (No. EP/GLO/301/GEF)

Resultados da Reunião de Coordenação da Iniciativa Brasileira de Polinizadores realizada dia 25 de novembro de 2004 em Brasília, DF (na sala de reunião do CGEN/MMA)

Componentes Propostos para o Projeto de Grande Escala:

1) Ampliar o Conhecimento Básico sobre Polinização e Polinizadores de Grande Número de Plantas de Interesse Econômico

Objetivo - Reverter o quadro atual de carência de informações:

- a) não são conhecidos os polinizadores da maioria das plantas de interesse econômico no Brasil (cultivadas ou extrativas),
- b) não são conhecidas a biologia e ecologia da maioria dos polinizadores (fenologia, habitats e substratos de nidificação, fontes de forrageamento, etc.),
- c) carência de estudos de valoração econômica dos serviços de polinização,
- d) carência de avaliação do status de conservação de polinizadores potencialmente ameaçados de extinção e declínio de polinizadores em geral,
- e) carência de estudos conclusivos sobre competição de *Apis mellifera* (espécie exótica invasora) com as espécies nativas de abelhas,
- f) carência de estudos sobre toxicidade de agrotóxicos para os diferentes grupos de polinizadores nativos.

Metodologia:

- a) fazer uso de demanda induzida (editais públicos) com definição dos temas/demandas de interesse mas deixando a escolha das plantas aos pesquisadores interessados,
- b) prever o apoio a um grande número de projetos de baixo valor unitário, dando oportunidade para um grande número de grupos de pesquisa participar.

2) Desenvolver e Disseminar Boas Práticas de Manejo de Polinizadores para Espécies Cultivadas Seleccionadas (Espécies-Vitrine/Espécies-Bandeira/Projetos Demonstrativos)

Estratégia:

- a) priorizar espécies de grande interesse econômico e amplo uso nacional ou regional e com base adequada de conhecimentos sobre biologia reprodutiva, polinizadores efetivos, biologia dos polinizadores e manejo dos polinizadores;
- b) as plantas-vitrine devem ter expressiva demanda por manejo de polinizadores e serem também priorizadas por potenciais parceiros institucionais do projeto;
- c) maximizar diversidade de sistemas de cultura e de tipos de polinizadores e cobrir todas as regiões geográficas;
- d) enfatizar cursos de capacitação.

Espécies propostas (fruteiras, oleaginosas, hortaliças):

Culturas Nacionais:

maracujá (mamangavas *Xylocopa* spp, etc.),

laranja (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
café (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
soja (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
feijão (**abelhas?**),
tomate (mamangavas *Bombus* spp, abelhas-sem-ferrão *Melipona* spp),
girassol (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
berinjela (abelhas que vibram, *Melipona* spp, ou xxx),
pepino (*Apis mellifera* ou abelhas-sem-ferrão, xxx),
anonáceas (besouros),
[outras possibilidades: abacate, algaroba, camomila, canola, cenoura, coentro, feijão guandu (*Apis mellifera*), funcho, gergelim, pimentão,]

Culturas Regionais:

Sul/Sudeste:

maçã (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
pêssego (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
morango (abelhas-sem-ferrão),

Nordeste:

melão (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),
caju (*Apis mellifera* ou *Centris* spp),
algodão (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),

[alternativa: cajá

Centro-Oeste:

algodão (*Apis mellifera*, **abelha nativa?**),

Norte:

[nenhuma espécie proposta na reunião! Algumas alternativas são: açai, castanha-do-Pará, cupuaçu, guaraná, tauri, urucum]

Observações:

- a) devemos atentar para a escolha das variedades cultivadas e dos sistemas de cultivo;
- b) devemos considerar tanto o cultivo de polinizadores quanto o manejo dos habitats e das paisagens;
- c) devemos contemplar tanto plantas cultivadas exóticas quanto plantas nativas – **da lista acima apenas maracujá, caju e anonáceas são nativas enquanto que algodão e feijão têm parentes silvestres e variedades crioulas brasileiras**]

3) Promover a Conscientização Pública sobre o Valor da Polinização e dos Polinizadores

Objetivos – promover:

- a) campanhas nacionais e regionais de conscientização do grande público, dos agricultores, dos apicultores e meliponicultores, dos extensionistas, dos pesquisadores, das organizações não-governamentais, dos gestores públicos, dos ambientalistas, das instituições de crédito e fomento, dos tomadores de decisão, dos alunos do ensino médio e superior;
- b) produzir cartilhas, manuais, vídeos, websites, boletins informativos, revistas técnicas e científicas, bases de dados;
- c) promover muitos cursos de capacitação, dias de campo, estandes em exposições e feiras agropecuárias, clínicas para apicultores e meliponicultores, etc.

4) Propor e Estabelecer Políticas Públicas que Promovam a Conservação e o Uso Sustentável de Polinizadores

Objetivos:

- a) ampliar as linhas e modalidades de crédito aos produtores, aos pesquisadores, aos extensionistas e aos ambientalistas;
- b) fortalecer programas do governo federal e estimular a criação de programas estaduais; promover iniciativas de certificação;
- c) regulamentar a conservação e o uso sustentável de polinizadores nativos;
- d) proibir ou regular a introdução de polinizadores exóticos (exigir análise de risco e estudos de impacto ambiental);
- e) promover o planejamento e gestão de paisagens de agroecossistemas e ecossistemas naturais associados, etc.

Anexo I - Potenciais Parcerias Institucionais (Contrapartidas Financeiras):

1) Programa Profruta/Sistema de Produção Integrada de Frutas - PIF (MAPA/SARC)

[parceiros: CNPq, INMETRO, EMBRAPA, MCT, SEBRAE]

[15 espécies frutíferas na Primeira Fase (maça, mamão, manga, caju, uva, melão, pêsego, citros, abacaxi, caqui, figo, maracujá, banana, coco e goiaba). Estão sendo criados selos e publicações com normas diferenciadas para cada cultura integrante do PIF;

9 espécies serão adicionadas na Segunda Fase a partir de 2005 (morango, mangaba, tomate, batata, café, arroz, amendoim e flores: antúrio e helicônia);

Os objetivos da PI são estabelecer uma relação de confiança com o consumidor de que o produto segue Normas Técnicas Específicas, além de: higiene e alimentos seguros, preservação ambiental, racionalização do uso de agroquímicos e respeito aos limites máximos de resíduos, devendo haver vantagens ao produtor e ao consumidor.

Normas para Cadeias Produtivas foram estabelecidas pelo INMETRO (Normas para oito espécies já editadas, outras em elaboração);

Comitês de Gestão PIF foram estabelecidos para cada espécie incluída no programa;

Sistema de Avaliação de Conformidade (Certificação) estabelecido;

só trabalha com grupos de produtores organizados, por adesão voluntária;

12 Estados da Federação já incluídos;

5 universidades, 6 Instituições Estaduais de Pesquisa e Assistência Técnica e 9 centros de pesquisa da EMBRAPA envolvidos;

178 instituições diversas são participantes;

mais de 1.000 produtores já incorporados (representando 35.000 hectares);

redução significativa no uso de agrotóxicos já alcançada;

ênfase para cursos de capacitação (centenas de cursos já oferecidos)]

Treinamento e capacitação em PIF envolve: MAPA, CNPq, Embrapa, ANDEF, SEBRAE, Universidades, MAPA/PAS.

2) Programa de de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (MAPA)

O Programa de desenvolvimento da Agricultura Orgânica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi lançado em outubro de 2004, e incluído no Planos Pluri Anual – PPA de 2004-2007.

É intenção do governo federal lançar um selo de certificação do MAPA de agricultura orgânica.

A Lei no. 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regula a política de agricultura orgânica no Brasil. Esta Lei define que a finalidade de um sistema de produção orgânico é:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III – incrementar a atividade biológica do solo;

IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica criada dia 15 de março de 2004, compõe a estrutura funcional do Conselho do Agronegócio e tem por finalidade propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades dos setores a eles associados. A Câmara Setorial tem a seguinte composição:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA;

Secretaria de Produção e Comercialização – SPC/MAPA;

Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo – SARC/MAPA;

Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA;

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

Ministério do Meio Ambiente – MMA;

Ministério da Saúde – MS;

Ministério da Integração Nacional – MIN;

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC;

Banco do Brasil S.A. – BB;

Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária – CONSEPA;

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE;

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC;

Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – ABD;

Instituto Pró Cidadania e Meio Ambiente;

Associação do Agronegócio Certificado Orgânico– AECO;

Agência de Promoções de Exportações do Brasil – APEX;

Associação dos Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil – BRASIL BIO;

Associação Brasileira de Criadores – ABC;

Grupo de Agricultura Orgânica – GAO;

Articulação no Semi-Árido Brasileiro – ASA;

Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE;

Articulação Pró-Rede Sudeste de Certificação Participativa – PRÓ REDE;

Rede Cerrado de ONGs;

Rede Ecovida de Agroecologia;

Atualmente 47 técnicos do MAPA (Ministério de Agricultura , Pecuária e Abastecimento) estão trabalhando com o setor orgânico

3) Programa FRUTEMP (Fundo Setorial de Agronegócios do MCT)

Projeto “Rede de Pesquisa e Desenvolvimento em Fruticultura - Frutemp II”

[parceiros: Rede Nacional de Pesquisa em Fruticultura]

Primeira Fase iniciada em 2002 apenas com frutas temperadas (pêssego, nectarina, pêra, ameixa, maçã, uva)

Segunda Fase iniciará em 2005 (2005-2007) incluirá frutas temperadas (pequenas frutas, nativas e outras), frutas subtropicais (citros, morango, melão, goiaba, caqui, figo, nativas, exóticas e outras) e frutas tropicais (coco, banana, manga, mamão, caju, maracujá, abacaxi, nativas e outras);

Temas prioritários incluem: Sistemas de Produção [rastreadabilidade; BPA (Boas Práticas Agrícolas), BPF (Boas Práticas de Fabricação), BMP (Boas Práticas de Manejo), PIF (Programa Integrado de Frutas), POF (Produção Orgânica de Frutas), APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle); Segurança Ambiental; Defesa Vegetal; Sistema Agro-silvo-pastoril; Agricultura Familiar; Agricultura Urbana; Irrigação]; Pós-colheita; Mercados; Processamento; Transferência de Tecnologia; Cadeia Produtiva.

Luiz Clóvis Belarmino, do Núcleo de Inteligência Competitiva da Caixa RS - Fomento Econômico e Social, coordena o Projeto Nacional para Desenvolvimento da Fruticultura de Clima Temperado - Frutemp, que envolve oito estados e 150 doutores em 16 instituições de pesquisa no Sul e Sudeste do Brasil. Este é o único projeto financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), com recursos do Fundo Setorial de Agronegócios e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).]

4) Programa xxxxxx (EMBRAPA)

EMBRAPA poderia orientar os próximos editais de P & D internos da empresa para o tema polinização; levantar e organizar as pesquisas realizadas e os pesquisadores que trabalham com polinização na Embrapa; colaborar no levantamento de material bibliográfico existente no Brasil sobre pesquisas em polinização; levantar os campos experimentais, suas culturas e grupos de pesquisa disponíveis para desenvolver pesquisas com polinização; dar apoio, orientação e espaço para pesquisadores e bolsistas de outras instituições envolvidas na iniciativa; contratar a médio e longo prazo, pesquisadores e bolsistas para desenvolvimento de pesquisas com polinização; atuar no desenvolvimento e transferência de tecnologias de manejo de polinizadores para culturas de expressão agrícola, florestal e ambiental (ponte entre pesquisadores e agricultores); fornecer espaço ao tema polinização em feiras e exposições promovidas pela empresa; interação entre a instituição e outros ministérios no repasse de tecnologias de manejo de abelhas indígenas sem ferrão a agricultores e comunidades tradicionais, especialmente entre aquelas situadas em regiões de fronteira agrícola e ambientes naturais.

12 Centros de Pesquisa da EMBRAPA interessados (Embrapa Acre, Embrapa Agroindústria Tropical, Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Cerrados, Embrapa Clima Temperado, Embrapa Florestas, Embrapa Gado de Leite, Embrapa Hortaliças, Embrapa Meio-Norte, Embrapa Pantanal, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa Semi-árido);

43 pesquisadores da EMBRAPA trabalham com o tema;

13 pesquisadores da EMBRAPA responderam o Questionário de Demandas da IBP;

EMBRAPA pode dispor de campos experimentais, laboratórios e serviços bibliográficos;

Editora EMBRAPA e espaço nas feiras e exposições organizadas pela EMBRAPA;

Pesquisas de interesse da Embrapa - Por temas:

- manejo de polinizadores para ambientes protegidos (estufas)
- manejo de polinizadores para produção de sementes de hortaliças e forrageiras
- organizar e difundir o patrimônio bibliográfico sobre polinizadores e polinização nos diferentes sistemas agroflorestais e agropecuários brasileiros
- criação de abelha indígenas sem ferrão (meliponíneos)
- biologia e manejo de polinizadores em áreas de manejo florestal sustentado
- ecologia de polinizadores de espécies de expressão econômica (nativas e exóticas): inventário, caracterização e manejo de polinizadores e biologia reprodutiva de espécies botânicas (financiado pelo JICA)
- plantas geneticamente modificadas, polinização e fluxo gênico
- valoração dos serviços de polinização (produtividade, qualidade de frutos, etc)
- impacto do sistema de produção sobre os polinizadores (manejo de solo, tratamentos culturais, rotação de culturas, consórcio)
- impacto na modificação de habitats para polinização
- o manejo de polinizadores de plantas cultivadas dos seguintes grupos:
 - Grandes culturas (grãos, fibras e oleaginosas);
 - Fruteiras e hortaliças de fruto;
 - Florestas Nativas;
 - Produção de sementes (forrageiras, hortaliças, condimentos, ornamentais, flores, etc.)

5) Programa de Alimentos Seguros – PAS (MAPA)

[parceiros: EMBRAPA, SEBRAE, SENAR, SENAI, SENAC, SESC, SESI, ANVISA, CNPq e apoio técnico: MAPA, MS, ABIA, INMETRO, ABNT]

O Objetivo desse programa é disseminar e apoiar a implantação das Boas Práticas (BPA) e o sistema de Análise de Pontos de Perigos Críticos de Controle (APPCC) nas empresas de alimentos e alimentação, em todo o país. Com isso, o PAS contribui para:

- Aumentar a segurança e qualidade dos alimentos produzidos para a população brasileira;
- Aumentar a exportação de alimentos, preparar o setor produtivo brasileiro para atender as exigências dos países importadores em termos de segurança de alimentos;
- Aumentar a competitividade das empresas cadastradas.

Projetos: indústria, mesa, segurança nos produtos do campo, distribuição, ações especiais.

Composto por: 1) Comitê Gestor Nacional (CGN) – função de discutir as ações estratégicas do PAS, bem como traçar as políticas de desenvolvimento do mesmo. Fazem parte representantes dos seguintes parceiros: SENAI, SEBRAE, SENAC, SESC, SESI, ANVISA, MS, MAPA, ABIA, INMETRO, CNPq, MEC e outros. Esse Comitê se reúne a cada 3 meses; 2) Coordenação Nacional (CN) – função de coordenar e operar as ações previamente acordadas com os representantes nacionais das instituições parceiras (Coordenadores Nacionais do SEBRAE, do SENAI, do SENAC, do SESC, da ANVISA e da Embrapa). Na CN são coordenadas as ações para o preparo de todos os materiais técnicos e de sensibilização bem como são formadas as equipes técnicas nacionais. Da CN parte o apoio técnico e gerencial fornecido aos estados, com a finalidade de otimizar o desempenho do programa. O Sistema de Gerenciamento do Programa (SGP), que capta e

processa todas as informações provenientes dos estados (CGE, consultores e empresas), bem como a home-page, são operados na CN. A CN é apoiada pela equipe de Consultores Nacionais e pelos Centros Tecnológicos do SENAI, para a viabilização das ações nos estados; 3) Comitês Gestores Estaduais (CGE); 4) Unidades de Consultoria (UC).

Empresas de alimento e alimentação constituem a clientela alvo do PAS.

Para adesão a empresa envia um técnico para curso de treinamento para Técnico de Empresas, oferecido pelo Programa. Recebe um Consultor do programa, para juntos, definirem ações para a implementação das Boas Práticas e/ou Sistema APPCC na empresa. Realiza um cadastro no SGP (Sistema de Gerenciamento de Informações do Projeto – PAS) bem como atualização no SGP do desenvolvimento da implantação.

6) Programa PROAMBIENTE (MMA/SDS)

Programa de Desenvolvimento Sócio-ambiental da Produção Familiar Rural na Amazônia. [parceiros: MDA, MMA, SCA, CAE, PPG7, PDA, SPRN, PRONAF, GTZ]

É um programa de desenvolvimento rural, voltado para a produção em sistemas equilibrados, com manejo integrado dos recursos naturais em toda a unidade de produção. Com o PROAMBIENTE o espaço rural amazônico adquire um novo papel perante a sociedade, passando de simples fornecedor de produtos agroextrativistas (alimentos, fibras, resinas, etc.) a também produtor de serviços ambientais à sociedade, valorizando o caráter multifuncional da produção familiar rural.

Em seu organograma, o PROAMBIENTE contará com um núcleo central que é o Programa de Serviços Ambientais (PSA) tendo vinculado diretamente o Fundo de Serviços Sócio-ambiental, com a função de pagar os produtores pelos serviços ambientais prestados e o Fundo de Apoio, com a função de garantir as ações do programa nas áreas de assessoria técnica e extensão rural, apoio às organizações, monitoramento e certificação sócio-ambiental, e o crédito produtivo opcional.

Serviços ambientais prestados pelo PROAMBIENTE:

Evitar ou reduzir desmatamento;

Seqüestro de carbono por reflorestamentos e sistemas agroflorestais;

Restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas;

Conservação da biodiversidade (água, plantas e microorganismos);

Conservação do solo;

Redução da inflamabilidade da paisagem.

Está sendo desenvolvido, paralelamente, o processo de preparação de 12 Pólos pioneiros do programa (envolvendo 6000 famílias), realização de DRPs e de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Pólos (PDLS), conjuntamente com a definição dos padrões de certificação a serem aplicados pelo programa, tendo ainda como previstas ações futuras, como a realização do Encontro da Sociedade Civil para fechamento da proposta do PROAMBIENTE e a realização da 2ª etapa de Preparação dos Pólos (elaboração dos Planos de Uso das Unidades de Produção – PU's).

7) Programa PRONAF (MDA)

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tem por objetivo consolidar o conjunto das políticas para a agricultura familiar, visando promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade.

As diversas linhas de ação e atividades desenvolvidas pela SAF/MDA, cujo principal programa é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, buscam valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural; satisfazer a necessidade da criação e/ou fortalecimento de mecanismos que permitam à agricultura familiar uma maior capacidade de compatibilizar a produção para o seu próprio consumo e para o mercado; a manutenção e/ou geração de ocupações produtivas; a diversificação das atividades rurais, por meio da pluriatividade; e a construção de mecanismos que permitam a agregação de valor à sua produção.

Além disso, a SAF, através do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, coordena a implementação da Política e do Programa Nacional de ATER que são executados por entidades governamentais e não governamentais. Cabe ao DATER a coordenação e dinamização do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER e do Conselho Nacional de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – CONPATER. A SAF apóia programas de capacitação de agricultores, agricultoras e jovens rurais, promove a formação e fortalecimento de redes de serviços de ATER nos estados, municípios e territórios. Visando favorecer a democratização e o controle social das atividades de ATER, a SAF atua em parceria com os Conselhos Estaduais, Territoriais, e Municipais de Desenvolvimento Rural. Seguindo os princípios norteadores da Política Nacional de ATER, a SAF contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e urbanas, para a produção e oferta de alimentos saudáveis, para a busca da segurança alimentar, para a proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e para a inclusão social das famílias rurais menos favorecidas, respeitando as diferenças regionais, de natureza sócio-econômica e ambientais, assim como as especificidades dos diferentes grupos sociais beneficiários das ações de ATER.

Meio Ambiente:

Nesses últimos anos, as iniciativas governamentais de apoio à agricultura familiar buscam incorporar a vertente ambiental de forma mais concreta nas suas ações.

Iniciativas locais voltadas para processos produtivos de manejo sustentável de fauna e flora e de base agroecológica, somadas a outros estímulos, como ações do Governo Federal na promoção de programas e projetos sustentáveis, redirecionam as atividades do Pronaf para uma gestão mais responsável dos recursos naturais do país.

PRONAF FLORESTAL - Financiamento à recomposição florestal

Objetivando o adequado manejo dos recursos naturais, o Pronaf Florestal estimula o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais. Dessa forma, o Governo pretende satisfazer a demanda por produtos florestais, preservando as florestas nacionais e recuperando áreas degradadas.

RESERVAS EXTRATIVISTAS (Resex) - Concessão de crédito rural para os povos tradicionais das Reservas Extrativistas criadas pelo Ministério do Meio Ambiente

As Reservas Extrativistas (Resex) criadas pelo MMA formam uma categoria de Unidade de Conservação que harmoniza a exploração sustentável dos recursos naturais renováveis com o bem-estar social e econômico das famílias que lá habitam.

É importante ressaltar que esta categoria de área protegida é uma forma inovadora de visando garantir apoio e benefícios a essas populações, as Resex são reconhecidas pelo Inbra como beneficiárias do xxx rural, pois reduz a demanda de mão-de-obra, uniformiza a produção, transfere renda agrícola para o setor urbano-industrial e degrada o meio ambiente.

Os agricultores familiares que pretendem adotar sistemas de produção agroecológicos e desejam se valer da possibilidade de elevação dos limites dos créditos do Pronaf, de custeio e investimento para o Grupo C e de investimento para o Grupo D, em até 50% (cinquenta por cento), necessitam apresentar aos agentes financeiros proposta ou projeto de financiamento que inclua plano de manejo que assegure a transição de sistemas de produção convencional para sistemas de produção agroecológicos adequados à capacidade de investimento destes agricultores.

Programa de Aquisição de Alimentos

Estamos trabalhando juntos para que o Brasil vença a fome e a miséria. Precisamos crescer em diversos sentidos, aumentar a produção de alimentos e criar mais emprego e renda para os brasileiros. Somente com a ajuda de todos o Programa Fome Zero terá sucesso.

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab vai comprar alimentos importantes para o Programa Fome Zero - como arroz, feijão, farinha de mandioca, trigo e milho, entre outros.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Coordenador Geral: Adoniram Sanches Peraci

Secretaria da Agricultura Familiar - SAF

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Ed. Palácio do Desenvolvimento – 6º Andar

Tel: 426 9916 / 9917 - Fax: 327 7241

<http://www.pronaf.gov.br>

8) Outros potenciais parceiros (com contrapartida financeira):

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA

(culturas de interesse: cupuaçu, **completar**)

Secretaria de Agricultura do Estado do Amazonas

(culturas de interesse: citrus, essências florestais, guaraná, urucum)

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre

(culturas de interesse: açaí, algodão, amendoim, arará, urucum)

Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural do Maranhão
(culturas de interesse: bacuri, cupuaçu, jaca, juçara, murici, pequi)

Universidade Federal do Maranhão - UFMA
(culturas de interesse: algodão, mamona, maracujá, melancia, murici, sapucaia)

Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
(culturas de interesse: côco, manga, mangaba, melão, umbu)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
(culturas de interesse: juazeiro, pitanga, umbu, urucum)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
(culturas de interesse: abóbora, acerola, algodão, anonácea, berinjela, caju, citrus, melancia)

Universidade Federal de Uberlândia - UFU (Minas Gerais)
(culturas de interesse: anonácea, café, maracujá, tomate)

Universidade Estadual de Maringá - UEM (Paraná)
(culturas de interesse: algodão, café, girassol, laranja, soja)

Aecovale e Acomcultura (estado)
(culturas de interesse: abacate, abóbora, citrus, côco, feijão, manga, maracujá, morango)

Anexo II - Informações sobre as Plantas Cultivas priorizadas para Manejo de Polinizadores

Culturas Seleccionadas	Área cultivada no Brasil 2003 (IBGE) (ha)	Produção em 2003 (IBGE) (toneladas)	Inclusão em Programas do Governo Federal	Número de Questionários de Demanda à IBP
Maracujá	35.078	485.342	PIF, PROBIO, FRUTEMP II	33
Anonáceas			PROBIO,	24
Laranja	836.689	16.917.558	PIF, FRUTEMP II	17
Tomate	2.562.067	3.708.602	PIF-II, PROBIO,	16
Melão	16.277	349.498	PIF, FRUTEMP II	10
Café	2.408.023	1.987.074	PIF-II,	10
Soja	18.527.544	51.919.440		9
Feijão	4.378.213	3.302.038		9
Caju	682.516	183.094	PIF, FRUTEMP II	9
Algodão	719.074	2.199.268	PROBIO,	8
Girassol*	54.700	2.717		6
Berinjela*		39.600		6
Pepino*		169.500		5
Morango*		37.598	PIF-II, (PROBIO), FRUTEMP II	5
Maçã	31.532	841.821	PIF, FRUTEMP	3
Pêssego	24.540	220.364	PIF, FRUTEMP	2

*Dados de produção de 1996